



O LUGAR DA MULHER MIGRANTE DENTRO DO ESPAÇO BRASILEIRO

Larissa de Castela Pinheiro Mourão¹, Dr. Maria de Jesus Morais²
<https://orcid.org/0009-0001-4616-361X>, <https://orcid.org/0000-0002-8053-3549>

¹Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Branco, Acre

²Professora do curso de Graduação em Geografia e dos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Geografia e, Mestrado e Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre-UFAC. Rio Branco-AC, Brasil. Líder do Grupo de Estudo em Produção do Espaço na Amazônia (GEPEA).

*Larissa.mourao@sou.ufac.br

Recebido em: 03/06/2024; Aceito em: 06/05/2025; Publicado em: 16/08/2025

DOI: [registrando](#)

RESUMO

O recorte histórico-temporal da migração é marcado pela invisibilidade da mulher no deslocamento que, por muito tempo, teve o homem como protagonista e a mulher era vista apenas como acompanhante. Nessa perspectiva, o escrito teve o objetivo de analisar como a discussão do gênero distingue a migração entre os homens e as mulheres e como as desigualdades afetam as trajetórias e permanência das migrantes no Brasil. O Estado brasileiro tem se deparado com a feminização da migração, momento em que as mulheres assumem o papel de protagonistas e constroem suas trajetórias independentes da presença dos homens. Porém, somente as semelhanças entre as culturas e as línguas não são suficientes para ter o país-destino (Singer, 1998) como fator de realização, o desejo de migrar em busca de novas oportunidades pode inserir as mulheres em uma irrealização marcada por preconceitos e dificuldades impostas pela divisão sexual do trabalho. Dessa forma, a metodologia deste trabalho está fundamentada nos estudos de Sayad (1998), Handerson (2015), Martins (2019), Bertoldo (2018), entre outros, que discutem o uso do espaço pelo migrante e como se instalam dentro deste lugar. Conclui-se que, as mulheres migrantes ficam mais vulneráveis na mobilidade, sofrem por serem mulheres e na função de migrante se tornam mais vulneráveis aos estigmas da divisão sexual do trabalho, inserindo-se em posições inferiores aos homens migrantes. Além disso, o mercado de trabalho que mais insere as migrantes, no Brasil, é segmentado às atividades tipicamente femininas, acompanhada das condições de precarização e vulnerabilidade que a elas são colocadas.

Palavras-chave: Migração; Mulheres; Divisão sexual do trabalho.

THE PLACE OF IMMIGRANT WOMEN IN BRAZIL

ABSTRACT

The historical and temporal context of migration is marked by the invisibility of women in displacement which, for a long time, had men as the protagonists and women only as companions. From this perspective, the aim of this article is to analyze how the discussion of gender distinguishes migration between men and women and how inequalities affect the trajectory and permanence of female migrants in Brazil. The Brazilian state has been faced with the feminization of migration, when women take on

the role of protagonists and build their trajectories independently of the presence of men. However, the similarities between cultures and languages alone are not enough to have the country of destination (Singer, 1998) as a factor of fulfillment; the desire to migrate in search of new opportunities can insert women into an unrealized marked by prejudices and difficulties imposed by the sexual division of labour. In this way, the methodology of this work is based on the studies of Sayad (1998), Handerson (2015), Martins (2019), Bertoldo (2018), among others, who discuss the use of space by migrants and how they settle within this place. The conclusion is that migrant women are more vulnerable in their mobility, they suffer because they are women and as migrants they become more vulnerable to the stigmas of the sexual division of labor, falling into lower positions than migrant men. In addition, the labor market in Brazil that most often employs female migrants is segmented into typically female activities, accompanied by precarious and vulnerable conditions.

Keywords: Migration; Women; Sexual division of labor.

EL LUGAR DE LAS MUJERES MIGRANTES EN EL ESPACIO BRASILEÑO

Resumen

El contexto histórico y temporal de la migración está marcado por la invisibilidad de las mujeres en el proceso de viaje, que durante mucho tiempo vio a los hombres como protagonistas y a las mujeres sólo como acompañantes. Desde esta perspectiva, el objetivo de este artículo es analizar cómo la discusión de género distingue la migración entre hombres y mujeres y cómo las desigualdades afectan a la trayectoria y permanencia de las mujeres migrantes en Brasil. El Estado brasileño se ha enfrentado a la feminización de la migración, cuando las mujeres asumen el papel de protagonistas y construyen sus trayectorias independientemente de la presencia de los hombres. Sin embargo, las semejanzas entre culturas y lenguas no bastan para tener el país de destino (Singer, 1998) como factor de realización; el deseo de migrar en busca de nuevas oportunidades puede insertar a las mujeres en una irrealización marcada por prejuicios y dificultades impuestas por la división sexual del trabajo. La metodología de este trabajo se basa en los estudios de Sayad (1998), Handerson (2015), Martins (2019), Bertoldo (2018), entre otros, que discuten el uso del espacio por parte de los migrantes y cómo se instalan dentro de este lugar. La conclusión es que las mujeres migrantes son más vulnerables en su movilidad, sufren por ser mujeres y como migrantes se vuelven más vulnerables a los estigmas de la división sexual del trabajo, cayendo en posiciones más bajas que los hombres migrantes. Además, el mercado de trabajo que más emplea a las mujeres migrantes en Brasil está segmentado en actividades típicamente femeninas, acompañadas de condiciones precarias y vulnerables.

Palabras clave: Migración; Mujeres; División sexual del trabajo.

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a migração feminina foi invisibilizada dos estudos migratórios, isso não significa dizer que as mulheres não migravam, mas que o processo de deslocamento feminino era¹ entendido como um fator secundário e elas eram vistas como acompanhantes dos maridos, mas essa realidade tem mudado.

Durante as últimas décadas (2010-2020), percebeu-se um maior protagonismo e independência das mulheres que assumem as trajetórias migratória. No “novo processo

¹ Os atuais estudos e dados migratórios já dão destaque para a mobilidade das mulheres. Além disso, tem-se percebido que essas migrantes já não dependem mais dos seus acompanhantes para migrar. Dessa forma, observa-se a transição de uma fase em que a migração das mulheres era vista apenas como um fator secundário e, agora, essa mobilidade feminina começa a ganhar destaque.

migratório” as mulheres se deslocam em busca da sua autonomia econômica, social e conjugal, deixando de serem vistas apenas como acompanhantes dos maridos. Ainda assim, independente da razão que as inseriu na mobilidade espacial, o mercado de trabalho com atividades tipicamente femininas são as que mais abrem as portas de emprego para essas mulheres.

As oportunidades entre os homens e as mulheres são diferentes para além das fronteiras que os cercam, por esse motivo o estudo da migração e gênero nos permitiu entender as disparidades da configuração social e o lugar que as mulheres assumem na migração.

A metodologia deste trabalho está fundamentada nos estudos de Sayad (1998), Handerson (2015), Martins (2019), Bertoldo (2018), entre outros, que discutem o uso espaço pelo migrante e de como as mulheres se instalam dentro deste lugar. Por sua vez, considerando o viés bibliográfico do presente escrito, teve-se o objetivo de analisar como a discussão do gênero distingue a migração entre os homens e as mulheres e como as desigualdades afetam as trajetórias e permanências das migrantes no Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O simbolismo, a afetividade e a interação entre as migrantes e o meio-social são fatores inseparáveis das suas trajetórias, pois o espaço é como uma esfera da sociedade que “contém e é contida pelas demais instâncias sociais – a instância econômico-produtiva, a político-institucional e a ideológico-cultural” que servem de evolução social (Santos, 1989 *apud* Gomes, 2020).

A relação ser-lugar pressupõe uma construção mútua e simultânea de ambos, o sujeito constrói o lugar e ao mesmo tempo é construído por esse (CASEY, 2001). A existência dos dois é dependente e recíproca. Os lugares em que o indivíduo viveu ou vive são responsáveis pela constituição de sua maneira de ser, assim como garantem a continuidade desse ser (Gallo, Priscila; Marandola Jr, Eduardo, 2008, p. 3).

Além disso, temos o que Singer (1998) chama de país-origem e país-destino. Em sentidos gerais, o país-origem se refere ao lugar que o/a migrante saiu e não é necessariamente o país em que nasceu, mas é de onde ele/ela partiu em direção a outro lugar. Por sua vez, o país-destino é o lugar que recebe esse/a migrante. Dessa maneira, quando o/a migrante deixa um lugar e vai em direção a outro, ele/a leva consigo um marco de vivências e relações que são construídas ao longo das trajetórias e as utiliza para a reconstrução de novos espaços.

É dentro desse espaço de deslocamento – espaço qualificado nos sentidos físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais (Sayad, 1998) – que as mulheres assumem as

trajetórias, os percursos e o protagonismo que antes eram assumidos majoritariamente por homens.

Portanto, ao falar sobre a feminização da migração é preciso entender que:

a presença das mulheres não constitui um fenômeno novo nos fluxos migratórios, entretanto, as mudanças no papel da mulher e a globalização nos países de origem e de destino mostram que elas migram de modo distinto do passado, isto é, independente de sua família, sendo protagonistas no processo e se tornando chefes, sendo seus trabalhos, em terras estrangeiras, cruciais para a renda familiar (Bahia, 1996, p.187).

Em 1891, a migrante italiana, Teodora Pellegrini, foi a “protagonista” da sua migração para o Brasil. Acompanhada dos três filhos, migrou em busca do seu marido que já estava residindo no país, mas que não contactou a família com a sua chegada. Preocupada com o marido, Teodora vendeu tudo o que tinha e partiu para as terras brasileiras. Passada as preocupações e já instalada no país junta do marido e os filhos, Teodora assumiu as responsabilidades de um comércio próprio que auxiliava nas finanças da família. Além das responsabilidades comerciais que foram assumidas pela migrante, o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos também eram da sua responsabilidade (Pereira, 2015).

Muito embora as atividades desenvolvidas por Teodora e pela filha Sofonisba contribuíssem efetivamente com a renda familiar, pelo fato de serem desempenhadas em suas casas, no mundo doméstico, eram desconsiderados, porque percebidas como subordinadas às atividades de produção desenvolvidas para o universo público, portanto, masculino, o que conferia “invisibilidade” a esses trabalhos considerados femininos (Pereira, 2015, p.99).

O caso da migrante italiana que se destinou ao Brasil em 1891 não é um fato isolado, mas se trata de um fenômeno que por muito tempo foi invisibilizado: a participação e experiência das mulheres na migração. Outro destaque é que os trabalhos domésticos são atividades desconsideradas pelos homens desde as décadas passadas e, as mulheres assumem involuntariamente as responsabilidades da casa e dos filhos. “Assim, a imigração causou uma forte multiplicação de funções para a mulher; além de cuidar do lar, da comida e dos filhos, ela se ocupava da receita da família, multiplicando os trabalhos” (Ruseishvilli, 2015, p.191).

Desde a chegada em massa dos haitianos no Brasil, os pesquisadores da temática atentavam-se indiretamente para as desigualdades apresentadas na mobilidade e na segmentação do mercado de trabalho para as mulheres, cita-se um trecho da tese de Joseph Handerson em que se observa o sentimento de irrealização da entrevistada haitiana:

Anne [...] aproximou-se e disse: “Mwen desepsione” (estou decepcionada). Perguntei por quê, respondeu: “Pa gen travay” (não há trabalho). Naquela

época, fazia 22 dias que Anne havia chegado de Tabatinga e lá estava alojada trabalhando no serviço doméstico. Mas, não era isso o que desejava para si, pois como visto anteriormente, ela era formada em Administração de Hotelaria em Santo Domingo. A expressão “Não há trabalho” enunciada por ela, não significava, de fato, não haver trabalho, mas sim, o tipo de trabalho que ela queria fazer (Handerson, 2015, p.158)

Mais adiante o autor conclui:

Interessa observar não haver simplesmente uma divisão sexual do trabalho, mas uma articulação de divisões sexuais, sociais, étnico-raciais e internacionais do trabalho. A divisão sexual do trabalho parece ser um pouco rígida pelo fato de poder mascarar as suas outras divisões. Por exemplo, mesmo as mulheres exercendo serviços domésticos, entre elas ainda persiste a divisão de salários (classe), conteúdos raciais e nacionalidade de origem. Há uma hierarquia sociocultural, racial e nacional na divisão do trabalho (Handerson, 2015, p.162).

O desejo de migrar em busca de novas oportunidades pode inserir as mulheres em uma irrealização marcada por preconceitos e dificuldades. Somente as semelhanças entre as culturas e as línguas não são suficientes para ter o país-destino (Singer,1998) como fator de realização.

As reivindicações não são restritas as atividades exercidas e aos baixos salários, mas denunciam também como o trabalho consome o tempo e as impedem de exercerem outras práticas, até mesmo o estudo e lazer. Em outros casos, as situações acordam com a precarização do trabalho. Ainda que seja de carteira assinada (formal), os “migrantes acabam por exercerem atividades mais extenuantes que os brasileiros, principalmente no mercado que promove atividades com maior insalubridade, onde os mesmos estão [...] contratados” (Martins, 2019, p.178).

As precárias condições de vida associadas à falta de documentos evidenciam como as fronteiras internas, entendidas como práticas divisórias que legitimam a presença de um “nós” – nacional –, frente a “outros” – estrangeiro/migrante podem ser ainda mais fortes que as fronteiras territoriais entre países. Assim, a busca constante de oportunidades para tornar realidade seus propósitos vira uma luta diária de confronto e superação de ditas fronteiras internas. (Toro, 2015, p.322)

Como percebido, o exercício das atividades domésticas por mulheres está estigmatizado na sociedade brasileira, sendo considerada um tipo de incorporação ao mercado de trabalho que não exige qualificação para a execução das atividades e que é culturalmente entendido como o “lugar da mulher” (Lisboa, 2006).

A função ideológica desta ocupação - trabalhadora doméstica - baseada em rituais de diferença e materialismo vem perturbar um sistema de estratificação social que articula necessariamente as categorias gênero, classe e etnia. O emprego de doméstica implica, necessariamente, em relação pessoal; a trabalhadora não é contratada somente pelo desempenho no seu serviço (labor),

mas também pelos traços de sua personalidade que, por sua vez, são definidos pela identidade étnica. (Lisboa, 2006, p.160)

A industrialização e o capitalismo são dois fatores que contribuem fortemente com o processo de deslocamento das pessoas para outros países, produzindo a desigualdade econômica e social. A pesquisadora Leticia Mamed (2015), ao escrever sobre os haitianos que chegaram ao Brasil pela fronteira do Acre, apontou que necessidade de inserção no mercado de trabalho colocava os homens como prioridade para migrar. A escolha por homens mais novos e jovens para o Brasil se dava/dá

[...] graças a um investimento feito por toda família, que elegia um membro jovem para tentar trabalhar e estudar no país, e posteriormente ser capaz de receber outros parentes [...] independente da forma empregada, o fato é que o migrante haitiano chegava ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar o endividamento contraído e enviar remessas para a sobrevivência dos familiares que permaneceram na terra natal. (Mamed, 2015, p.83)

Atualmente, o homem jovem ainda é a prioridade de escolha da família para migrar, porém as mulheres começam a assumir esse espaço, até então em menor quantidade e pouca frequência. Mesmo com a intensificação da feminização das migrações, no Brasil, durante os últimos anos, o mercado de trabalho para migrantes ainda é predominantemente masculino.

Com isso,

todo esse cenário que caracteriza o espaço-tempo das migrações contemporâneas coloca o(a) migrante em situação de múltiplas vulnerabilidades, sendo que a privação dos seus direitos humanos fundamentais se dá na medida em que sua opinião não é significativa e sua ação não é eficaz perante o espaço público. Através dessas premissas nota-se como a realidade do(a) migrante os coloca em um patamar distante dos nacionais, sendo que sua presença nunca é plena no espaço do Estado, tanto política, jurídica e simbolicamente. (Bertoldo, 2018, p.316).

O aumento da feminização migratória não é fator de igualdade entre os homens e mulheres migrantes, as desigualdades ultrapassam as fronteiras familiares e sociais, ressignificando um espaço de conflito, de demarcação e de negociação (Agra, 2020).

Dito de outro modo,

as mulheres migrantes têm dificuldades relacionadas com o acesso a direitos sociais e recursos públicos. Sendo a migração historicamente reconhecida como uma ação feita por homens, as legislações e políticas públicas tem se desenvolvido sem levar em conta sua existência e sua agência dentro das estruturas do poder econômico, político e social. (Rodriguez *at.al*, 2020 p. 61)

Por sua vez, Assis (2007) remonta à diferença do discurso entre migrantes homens e mulheres que cruzam as fronteiras: O homem ao cruzar as fronteiras exalta a coragem e aventura

pela travessia. Enquanto as mulheres, quando conseguem chegar ao destino, relatam o fato de a viagem ter sido tranquila e sobre terem sido respeitadas (ou não) pelos coites¹. Vale ressaltar que a “viagem tranquila” das mulheres migrantes nem sempre é possível, além do transporte ser de alto custo, são muitas vezes vítimas de ameaças, raptos e violências.

Dessa forma, “compreende-se o ‘gênero’ como uma construção social, cultural, baseado naquilo que a sociedade espera em relação aos papéis atribuídos a mulheres e homens” (Costa; Schwin, 2018, p.119). Por isso, ao abordar a migração a partir da perspectiva do gênero, destaca-se a influência dos estereótipos de gênero como intensificadores das vulnerabilidades e discriminações existentes nas migrações femininas. Sob essa ótica,

se desejamos refletir verdadeiramente sobre as mulheres e o trabalho de tantas delas nos deslocamentos, se aspiramos reconstruir uma história mais complexa, é necessário lançarmos nossos olhares e realizarmos nossas análises em uma perspectiva que considere as categorias de gênero e de classe. Somente dessa maneira é possível “ver” as mulheres das áreas urbanas, das áreas rurais, mas também aquelas mulheres que realizaram trabalhos “invisíveis”, mas produtivos, seja do ponto de vista econômico como também pelas mudanças que, com o passar do tempo, provocaram em tantas realidades. (Pereira, 2015, p.101)

A influência das redes sociais — conexão de migrantes e não migrantes que auxiliam o processo daqueles que buscam chegar ao destino — é outro fator que contribui com as trajetórias migratórias. As relações entre aqueles que estão em trânsito e os que pretendem transitar, deixam de serem vistas como um aspecto racional e assumem o perfil estratégico da mobilidade.

As redes sociais apresentam a função de estabelecer a solidariedade entre migrantes e não migrantes. Usa-se o exemplo das migrantes que entram no Brasil pelo estado do Acre, influenciadas por familiares ou amigos que fizeram essa rota. Em sua maioria, as mulheres que permanecem no estado são direcionadas por uma relação social que as permitem o acolhimento: parentes que já residem no estado, um emprego ou atividades de apoio ao migrante.

Para as mulheres migrantes, as redes migratórias podem servir de garantia à segurança durante o percurso, facilitando as estratégias de acesso e instalação no país-destino, mas não são exclusivas das trajetórias femininas. Normalmente, as pessoas que escolhem o Brasil para se refugiar já possuem familiares ou conhecidos no país.

¹ Os coites são agenciadores ilegais que atravessam migrantes por percursos inadequados. Infelizmente, essa prática é comum entre os/as migrantes, principalmente entre aqueles que não têm condições de fazer uma travessia aérea ou que não estão com os documentos adequados. Entretanto, além de se tratar de um meio ilegal, essas viagens se tornam ainda mais perigosas e insalubres, como também não garantem aos migrantes a chegada no país-destino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As impulsões que atravessam os fatores econômicos como: “a transgressão dos limites sexuais impostos, os problemas conjugais e a violência física, a impossibilidade de divórcio, a discriminação contra grupos femininos específicos e a ausência de oportunidades” são motivações que geram a intensificação da migração feminina (Assis, 2007, p.151).

Entre novembro de 2023 e janeiro de 2024, constatou-se que das 434 pessoas que entraram no Brasil pelo município de Assis Brasil-Acre, 54% eram homens e 46% mulheres. Dessas mulheres, 36% escolheram migrar por insegurança e, 47% saíram do seu país por falta de trabalho. Outro destaque que confirma o atual protagonismo da feminização das mulheres no Brasil é que 45% viajaram sozinhas e 55% vieram acompanhadas da família ou grupo de amigos (OIM, 2023).

Mesmo com o passar das décadas, a divisão sexual do trabalho ainda é uma realidade no Brasil, país que possui legislações de acolhimento, igualdade de gênero e de proteção à mulher, mas que não garante a proporcionalidade do mercado de trabalho igual e qualificado entre as mulheres e os homens migrantes.

A presença de mulheres migrantes no mercado de trabalho brasileiro se expande, mas segue precarizada e desigual. [...] As mulheres são desproporcionalmente afetadas por esses processos de securitização não somente porque criminaliza as migrantes pobres, mas também as insere de modo autoritário em cadeias transnacionais de reprodução social (Pinango, Rosbelli; Virginio, Solene, 2021, p.58-59).

O atual mundo globalizado tem direcionado os deslocamentos femininos e consequentemente motivado a segmentação e precarização do trabalho para as mulheres migrantes, posto que “a condição da migração, por meio da atual política migratória brasileira (dificuldade de obtenção documentos, acesso a direitos, falta de referências e distância da família), as sujeitam às relações de trabalho mais suscetíveis a abusos, ao isolamento e à discriminação” (Bertoldo, 2018, p.321).

Assim como no advento do modo de produção capitalista a mão de obra infantil e de mulheres das classes mais baixas foi fundamental e necessária para maximização de lucros, hoje também a mão de obra migrante é útil à reprodução capitalista pela ampla exploração que a condição migratória proporciona (Bertoldo, 2018, p.320).

Segundo os dados apresentados pela Organização Internacional para as Migrações – OMI, em 2023 as mulheres migrantes foram as que mais participaram dos programas de qualificações trabalhistas no Brasil, mesmo assim o mercado de trabalho ainda é de predominância masculina (Imagem 1).

Imagem 1: Quadro de empregabilidade da OIM 2023



Fonte: OIM - ONU migrações, 2023

Analisando os dados da imagem, percebemos que a presença das mulheres migrantes é maior nos segmentos da capacitação, treinamento e na profissionalização em cursos, mas apresenta a menor porcentagem nas contratações. Podemos estabelecer uma relação entre a predominância das mulheres nos treinamentos de empreendedorismo e a menor presença nas contratações. Muitas vezes, o “empreender” pode ser visto como atividades femininas e, a dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho impulsiona na escolha do seu próprio negócio.

Outra situação analisada é a matéria publicada no portal Agência Brasil em homenagem ao dia da mulher no ano de 2023. A revista entrevistou mulheres e refugiadas de diferentes nacionalidades que construíram a sua identidade no país, como é o caso da Raihana Ibrahim, refugiada de 49 anos que nasceu no Afeganistão. Raihana Ibrahim veio para o Brasil em busca da sua liberdade feminina. Na época, vivia há cinco anos em São Paulo e tinha um restaurante de cozinha afegã com o marido no bairro da Liberdade (Souza, 2023).

Já a boliviana Lizbeth Aide Chacolla Yujra, que está há 15 anos no Brasil, junto com seus pais e irmã, cresceu e se formou em gastronomia no país. Atualmente, Lizbeth é empreendedora de uma padaria que produz comidas típicas do seu país (Bolívia), (Souza, 2023).

As duas figuras femininas deixaram o seu país por motivos diferentes, mas ambas construíram o seu lugar no Brasil. Aqui não cabe a discussão das dificuldades que foram encontradas nas trajetórias, mas em como elas fizeram para tornar o país-chegado como um lugar de afetividade e reconstrução. É importante observar a segmentação do mercado de

trabalho que leva as mulheres migrantes e refugiadas para ocupações tradicionalmente femininas como os serviços domésticos, mesmo que tenham outras qualificações.

Ressalta-se novamente que o Brasil, mesmo sendo um país de acolhimento, não possui uma legislação que ampare as trabalhadoras migrantes. A fragilidade legislativa é percebida principalmente quando se trata da revalidação diplomática.

A exploração da mão de obra migrante se dá justamente pela impossibilidade de fazer valer direitos dentro do espaço público, como é o caso da validação de diplomas ou acesso à educação. A mão de obra migrante está no sistema capitalista para ser explorada conforme as demandas do mercado, sempre condicionando esses homens e mulheres àqueles cargos não desejados pelos nacionais; cuja qualificação não é necessária; cujas condições são precárias e em que prevalece a informalidade. (Bertoldo, 2018, p.319)

A exemplo, tem-se o caso da refugiada congoleza, Hortense Mbuy, que veio para o Brasil com o diploma de advogada, mas não conseguiu se estabelecer na profissão e partiu para o empreendedorismo.

“Ainda não consegui me reintegrar à minha profissão. Então fui empreender com a ideia de um centro cultural, onde faço a promoção da cultura africana e uso a comida como meio de encontro, com rodas de conversa, atividades e oficinas de culinária típicas, onde contamos a história dos pratos, como fazer a comida, trabalhamos com a comida afetiva. Usamos a comida como meio de encontro e essa comida tem um precificação”, conta, ao falar sobre como faz para se manter economicamente.” (Souza, 2023).

A necessidade de sobreviver em outro país que não seja o seu facilita a permanência das migrantes em trabalhos inferiores e abusivos. Muitas migrantes chegam ao país com a titulação de professora, médica, advogada e outras profissões que só podem ser exercidas com autorizações jurídicas, mas as documentações burocráticas e o custo do processo as colocam em exercícios diferentes da profissão, encaminhando-as às atividades domésticas e inferiores a sua qualificação.

Durante a escrita do texto foi possível participar da II Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia do Acre (COMIGRAR), as falas de mulheres migrantes que residem atualmente no estado reafirmaram o que foi desenvolvido até aqui. Duas mulheres migrantes em espaços, dias e horários diferentes descreveram vivências que as colocou em situações de vulnerabilidade e abusos trabalhistas no estado (país).

A migrante 1, em sua fala, abordou a dificuldade de conseguir um emprego e o sentimento de inferiorização por ser mulher. Segundo ela, já residia no estado meses antes do seu companheiro, que ao chegar foi contratado por uma empresa com apenas duas semanas residindo na capital.

A migrante 2 deixou o seu país em busca de emprego, visto que estava desempregada no seu país de origem e desejava entregar melhores condições à sua filha. Formada em enfermagem, a migrante está a quase 2 anos lutando pela revalidação do seu diploma no Brasil. Enquanto isso, trabalhava na casa de um idoso em que era responsável pela sua higiene, alimentação, lavagem de roupa, limpeza da casa e outras atividades do ambiente, tudo por uma diária de trinta reais.

Por fim, os estigmas aqui apresentados não se limitam ao mercado de trabalho, mas se estendem a todas as relações sociais da migrante com os nacionais e com as políticas brasileiras. A frequência dos casos de racismo, machismo, xenofobia e as limitações legislativas ultrapassam os limites das fronteiras brasileiras, mas para um país que se coloca como receptor daqueles que buscam acolhimento, torna-se um discurso contraditório.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feminização da migração é entendida a partir do crescimento do deslocamento das mulheres no espaço. Apesar de já fazerem parte desses percursos há muito tempo, foi só nas últimas décadas que as mulheres começaram a serem vistas como protagonistas das suas trajetórias.

Ao fazer a relação existente entre os aspectos sociais, culturais e históricos que influenciam na mobilidade das mulheres, percebemos que muitas delas iniciam as trajetórias motivadas por situações negativas, como a fuga de violências domésticas, a falta de trabalho e/ou a miséria vivida no país-origem. Porém, a expectativa e a busca pela melhor qualidade de vida não são, muitas vezes, encontradas no país-destino.

Como apresentado, durante a década de 2010, os homens eram os principais escolhidos para migrarem, visto a facilidade que tinham em arranjar trabalho (Mamed, 2015). Por isso, é a partir da hierarquia dos discursos e oportunidades entre os homens e as mulheres que o estudo do gênero se torna inseparável do processo da migração feminina no século XXI.

Para além do gênero e nacionalidade, a etnia também é usada como fator discriminatório durante o processo migratório. Elas sofrem por serem mulheres e na função de migrante tornam-se mais vulneráveis aos estigmas da divisão sexual do trabalho, inserindo-se em posições inferiores aos homens migrantes e as mulheres nacionais.

Mesmo que as mulheres sejam as mais frequentes nos cursos de capacitação ou que tenham diplomas de advogadas, enfermeiras, entre outras, os estigmas patriarcais impostos pela

sociedade impulsionam essas migrantes para os mercados de trabalhos domésticos e para atividades segregadas.

Além disso, percebemos que há também a dificuldade da comunicação, ou seja, o desconhecimento ou a não adaptação com a língua (idioma) do país-destino é um fator que espontaneamente isola as mulheres migrantes dos meios sociais. Conseqüentemente, esse isolamento influencia nas atividades a serem exercidas por elas, visto que dificilmente lhes são oferecidos cargos que exijam uma comunicação frequente com outras pessoas, os ditos nacionais.

Conclui-se, portanto, que a feminização da migração é uma realidade no Brasil e que os estudos já começaram a dar atenção ao aumento da chegada de mulheres desacompanhadas no país. Porém, o olhar para as vulnerabilidades, os estereótipos e os riscos que afetam as trajetórias das mulheres migrantes ainda são superficiais. Portanto, infere-se que existe a necessidade da criação de ações políticas, sociais e culturais que assegurem a revalidação de diplomas, a proteção e igualdade de oportunidades, bem como o incentivo ao mercado de trabalho formal para as mulheres migrantes; a fim de diminuir a recorrência dos casos de violências e a inferiorização causados pela discriminação do gênero e etnia.

5. REFERÊNCIAS

AGRA, Fábio Ferreira. Migração e controle: a fronteira como espaço de poder e conflito. In: **VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações**: caderno de resumos. Interculturalidade, comunicação e migrações transnacionais: fronteiras, políticas e cidadania. Colóquio Internacional, de 27 a 29 de novembro de 2019 no Rio de Janeiro, RJ. – Rio de Janeiro, UFRJ, Périplos, 2020

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. 15(3):745-772, set.-dez., 2007.

BAHIA, Joana. Migração e integração social. In: POVOA NETO, Helion; SANTOS, Míriam de Oliveira; PETRUS, Regina; GOMES, Charles. (Orgs.) **Caminhos da Migração**: memória, integração e conflitos. Oikos, São Leopoldo, Rio de Janeiro, 2015. p.-185-189.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, maio/ago. 2018.

COSTA, Marli; SCHWIN, Simone. Qual o lugar das mulheres no mundo? O peso dos estereótipos de gênero sobre as mulheres migrantes e refugiadas. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**. Ceará, v.38, n.2, p.117-130, jul/dez. 2018.

GALLO, Priscila; MARANDOLA JR, Eduardo. **Ser migrante: lugar, identidade territorial e redes sociais.** Londrina, p.1-11, outubro de 2008. Trabalho apresentado no III Seminário de Geografia do Norte do Paraná, 2008.

GOMES, Cilene. Espaço, Localização e Lugar na teoria de Milton Santos. **Revista Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.14, p. 1-7, e2015801, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/laris/Downloads/rsmoro,+Gomes+17+Espa%C3%A7o,+localiza%C3%A7%C3%A3o+e+lugar+na+teoria+de+....pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2023.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname na Guiana Francesa.** 2015. Tese (doutorado em antropologia social)- Museu nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações – trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, n.26-27, p.151-166, 2006.

MAMED, Leticia. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos cadernos NAEA**, v.18, n.1, p.33-64, jan/jun.2015.

MARTINS, Isis do Mar Marques. **Por uma geografia das migrações: estratégias e permanência em migrantes haitianos.** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

_____. Organização Internacional para as Migrações. **Integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes vulneráveis - dezembro 2023.** Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2024-02/informe_integracao-socioeconomica_dez23_0.pdf. Acesso em: 07 de março de 2024.

_____. Organização Internacional para as Migrações. **Monitoramento de fluxo de entrada em Assis Brasil - Acre - novembro de 2023 a janeiro de 2024.** Disponível em: chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2024-02/informe_monitoramento-de-fluxos-de-entrada-em-assis-brasil_nov23-jan24.pdf. Acesso em: 07 de março de 2024.

PEREIRA, Syrléa Marques. Trajetórias de vida “invisíveis”: mulheres, imigração e trabalho. In: POVOA NETO, Helion; SANTOS, Míriam de Oliveira; PETRUS, Regina; GOMES, Charles. (Orgs.) **Caminhos da Migração: memória, integração e conflitos.** Oikos, São Leopoldo, Rio de Janeiro, 2015. p. 91-102.

PRIEB, Sérgio; CARCANHOLO, Reinaldo A. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital: essência e aparência.** Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 147-161.

RODRIGUEZ, Maria; VILLALÓN, Corina; CASTRO, Cláudia. A FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES: uma reflexão sobre as categorias de análise. In: VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 27 a 29 de nov. 2019, p.-57-63.

ROSBELLI, Pinango; VIRGINIO, Solene. A securitização dos portões do Eldorado Amazônico: a proteção humanitária de mulheres migrantes em Roraima e no Acre. In: STEFANO, Daniela; GARVEY, Brian; VIRGÍNIO, Francis (orgs.) **Amazônia em fluxo**. São Paulo, 2021. p.55-68.

RUSEISHVILLI, Svetlana. A mulher migrante e a estratégia residencial da família: migrantes portugueses na França. In: NETO, Helion Póvoa et.al, **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. 2 ed. – E-book– São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 191-200.

SAYAD, Abdelmalek . **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**; tradução Cristina Muracho. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998. Cap. 2, p.29-62.

SOUZA, Ludmila. Mulheres de diferentes continentes relatam realidade da imigração. **Agência Brasil**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/mulheres-de-diferentes-continentes-relatam-realidade-da-imigracao>. Acesso em: 13 de agosto de 2023.

TORO, Natalia. Uma família colombiana na busca de asilo: Experiências de viagem, documentose reconstrução da vida em um novo território. In: POVOA NETO, Helion; SANTOS, Míriam de Oliveira; PETRUS, Regina; GOMES, Charles. (Orgs.) **Caminhos da Migração: memória, integração e conflitos**. Oikos, São Leopoldo, Rio de Janeiro, 2015. p.317-324.